

LIMITES E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESCOLAS COM CLASSES MULTISSERIDAS: PROPOSTA DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA

ANDRADE, Glauciane Pinheiro (PPGED – UFRN)
glauciane@rn.gov.br

QUEIROZ, Maria Aparecida ((PPGED – UFRN)
Cidinha@ufrnet.br

GT 3: Gestão escolar , práticas educativas e currículo da educação básica

Este texto tem como objetivo situar historicamente as classes multisseriadas nas escolas rurais brasileiras, enfatizando o programa Escola Ativa e, nele, a concepção de gestão democrática. Analisamos o contexto histórico das classes multisseriadas, à luz de um referencial teórico e da análise documental referente ao Programa Escola Ativa.

As classes multisseriadas se constituem em uma forma de organização escolar historicamente predominante nas escolas do meio rural brasileiro. Caracterizam-se por reunir um conjunto de alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagens em uma mesma sala de aula, coordenadas por um único professor, no mesmo horário. Inspiradas na experiência do ensino mútuo (Lancaster, Inglaterra), sob a visão Kantiana de homem civilizado, consistem, conforme Aranha (1996, p. 147), em um processo que “[...] barateia os custos, mas os resultados não são dos melhores. Em todo caso a ideia entusiasma muita gente por algum tempo, também fora da Inglaterra, chegando inclusive no Brasil”.

Refletindo sobre essa realidade buscamos a inversão social dos discursos políticos e econômicos, que tentaram (e ainda tentam) descaracterizar essas escolas negando a sua importância para as classes populares, historicamente colocadas à margem do desenvolvimento e relegadas à submissão. Nesse sentido, nem mesmo a criação dos grupos escolares, ao final da década de 1920, tenha instituído o regime de organização escolar seriado, o trabalho pedagógico realizado sob a estratégia multisseriada não desapareceu dos lugares, povoados e vilas. Conforme mostra o estudo de Queiroz, M. (1998, p.6)

No início do século XX, o Estado construiu os primeiros Grupos Escolares ou Escolas-modelos para funcionar a escola primária de quatro séries (ensino fundamental atual). Ainda que na literatura referente a esse período não se distinga o tipo de prédio escolar do meio urbano ou meio rural, mantiveram-se aqueles com uma única sala de aula e um professor para atender a uma ou mais séries no mesmo horário (classes multisseriadas). Na cidade esse tipo de escola modificou-se primeiro que no meio rural, onde permaneceu até por volta dos anos de 1970/1980 como modalidade mais comum às escolas rurais brasileiras.

A partir da década de 1970, a Lei n. 5.692/71 abriu espaço para a educação em escolas rurais no formato que ainda permanece. Com a transferência de responsabilidades da União para a esfera municipal, segue-se organização com as Secretarias de Educação. Os municípios, com o apoio da União, passam a desenvolver políticas de natureza pedagógica e administrativa, a construção de novas escolas, a provisão do transporte escolar e o processo de nucleação das escolas com classes multisseriadas, que permanecem, porém,

de forma precária. Os professores mantêm-se sobrecarregados de trabalho, incluindo-se a gestão escolar e o trabalho pedagógico realizado mediante um currículo distanciado da realidade do campo, assim como os índices de evasão e de repetência escolar. Apesar dos problemas que enfrentam na atuação junto às classes multisseriadas, Hage (2005) considera que essas podem contribuir para a permanência dos sujeitos no campo, com a escolarização no lugar em que vivem, bastando, para isso, superar as precariedades da educação e do ensino.

O Programa Escola Ativa foi financiado pelo Projeto Nordeste (1997-1998) e envolvia os Estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Sergipe e Alagoas. O objetivo era elevar o nível de aprendizagem, reduzir a repetência, favorecendo o acesso e a elevação das taxas de conclusão do Ensino Fundamental, entre 1999 e 2007 teve a gerência do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), mantendo-se com empréstimos internacionais. Cria-se uma rede de formadores municipais gerando autonomia aos gestores. Expandem-se os limites das ZAP, incorporam-se novos municípios com autonomia na formação dos professores, infraestrutura e compra dos kits pedagógicos (BRASIL, 2008, p. 14). Em 2007, o Programa é incorporado às políticas nacionais de Educação do Campo, sendo assumido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC.

Concomitante às iniciativas governamentais de atendimento às escolas com classes multisseriadas, os movimentos sociais do campo lutam por uma educação do e no campo. Dessa participam: MST, CNBB, UnB, UNESCO e UNICEF, e, após 1998, é marcada por eventos (Luziânia, Goiás), a 1ª Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. A novo conceito de Educação do Campo associa-se a produção da vida, o conhecimento e a cultura dos povos, as ações escolares e a formação de educadores.

A Gestão Democrática, estruturante do Programa, consiste no “[...] envolvimento entre escola e comunidade, contextualizado em seus processos sociais e organizativos por meio do Conselho Escolar” (BRASIL, 2009, p. 21). Ao conselho cabe congregar gestores, professores e funcionários e a comunidade local, e atuar em defesa de educação com qualidade e socialmente relevante (MEC/SECAD, 2009). O Colegiado Estudantil, como outros mecanismos da gestão, congrega estudantes, valoriza a experiência para além da sala de aula, o trabalho e a sobrevivência. Apesar de o Programa Escola Ativa propor uma gestão democrática, temos um longo caminho para que se assegurem espaços de participação dos (as) educadores (as), dos (as) educando (as) e dos pais na vida da escola. Para isso é necessário formar-se uma consciência crítica do conjunto das relações, ressaltando-se aspectos que precisam ser enfatizados na instituição de modo que se concretizem ações de natureza democrática.

Palavras-Chaves: classes multisseriadas, gestão democrática, programa escola ativa.

Referências Bibliográficas:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, **D.O.U.** 23 de dez. 1996. Seção 1, p. 27.8333-27.841.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.** Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Programa Escola Ativa - Orientações Pedagógicas para a formação de educadoras e educadores. Brasília, SECAD/MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Projeto Base. Brasília, SECAD/MEC, 2008.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gerencialismo e educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. R. A.; FRANÇA, M; QUEIROZ, M. A. Pontos e contrapontos da política educacional. Brasília: Liberlivro, 2007.

HAGE, Salomão Mufarrej & ROCHA, Maria Isabel Antunes.(org.) **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010, 423 p.

QUEIROZ, Maria Aparecida de. **EDURURAL/NE no Rio Grande do Norte:** o desafio de transformar a administração educacional municipal (1980/1985-1987). São Paulo, 1997. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.